

A PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL DO TRABALHO NO MUNDO E OS IMPACTOS PARA O TRABALHO DOCENTE

THE STRUCTURAL PRECARIZATION OF WORK IN THE WORLD AND THE IMPACTS ON TEACHING WORK

Maria do Carmo Capputti MAZZINI¹

Resumo: O artigo pretende expor, a partir de revisão bibliográfica e pesquisa empírica, a nova precariedade que acometeu a categoria docente nas últimas décadas no Brasil. Discutimos as reestruturações operadas no mundo do trabalho nos países de capitalismo central, desde a adoção dos protocolos tayloristas-fordistas até a introdução do toyotismo, que refletiram de modo negativo no trabalho docente impactando em suas dimensões objetivas e subjetivas.

Palavras-chave: Trabalho docente. Precarização do trabalho. Reformas no ensino. Trabalho e educação.

INTRODUÇÃO

A precarização do trabalho é um fenômeno relacionado à formação estrutural da sociedade capitalista. Desde os primórdios de sua constituição sócio-histórica como novo modo de produção, o capital promove a degradação do trabalho vivo ao converter a força de trabalho em mercadoria. Esse processo se desenvolveu ao longo da evolução do sistema capitalista, por meio da expropriação, pelo capital, dos meios e instrumentos de trabalho, assim como das habilidades e saberes de homens e mulheres transformando-os em sujeitos que não possuem propriedade e nem controle sobre a gestão de seu processo de trabalho restando-lhes como alternativa vender sua força de trabalho em troca de salário para sobreviver.

Por conseguinte, a força de trabalho humana convertida em mercadoria é a essência e a origem da precariedade da classe trabalhadora, condição constitutiva e ineliminável da força de trabalho humana sob o capital (ALVES, 2007).

A precarização é, portanto, a condição social e histórica da força de trabalho como mercadoria. Ela expressa o movimento das relações entre capital e trabalho ao longo do desenvolvimento e avanço das sociedades capitalistas e dá forma e especificidade à precariedade da força de trabalho em seus diferentes momentos históricos.

A precariedade assumirá formas cada vez mais agudas e complexas à medida que o capitalismo avança em seu processo histórico, uma vez que o capital necessita inten-

¹ Professora da Rede de Ensino Municipal do município de Marília, São Paulo. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: mariadocarmo_capputti@hotmail.com

sificar cada vez mais a força de trabalho para, desse modo, atender suas necessidades de expansão com o intuito de acumulação. Contudo, para consolidar sua natureza de se apropriar, a partir da exploração da classe trabalhadora, da mais-valia, o capital se utiliza de estratégias e modelos de racionalização do processo de trabalho que reorganizam a produção, a sistematização e a gestão do trabalho.

Tais modelos, fundados a partir de normatizações, protocolos e procedimentos técnicos e, ainda, estruturados sobre um arsenal tecnológico e de informações, produzem profundas transformações nas condições de trabalho, ampliando a precariedade – fundada na transformação da força de trabalho em mercadoria – e as diversas dimensões do processo produtivo e social, invadindo, inclusive, instâncias da vida pessoal de homens e mulheres trabalhadoras.

Hoje a precarização do trabalho reverbera no modo de produção e reprodução social implicando na precarização da totalidade da vida social. Se outrora, no período histórico da Primeira Revolução Industrial “[...] havia mais espaços de socialização não-mercantil ou procedimentos de vida ainda liberados do princípio organizativo do trabalho”, na atualidade, verificamos que “[...] o próprio trabalho produtivo se descola de seu referente, o tempo de trabalho” e invade o tempo de vida pessoal e particular dos trabalhadores e trabalhadoras (ALVES, 2007, p. 134-135).

As mutações que ocorrem no mundo do trabalho e que inauguram características específicas sobre os processos de precarização da classe trabalhadora estão diretamente relacionadas com as diferentes formas de organização do trabalho pelo capital.

Desse modo, o principal objetivo deste artigo é expor, a partir de revisão bibliográfica e pesquisa empírica, a nova precariedade que acometeu a categoria docente nas últimas décadas no Brasil. Para tant, discutimos as reestruturações operadas no mundo do trabalho nos países de capitalismo central, desde a adoção dos protocolos tayloristas-fordistas até a introdução do toyotismo, que refletiram de modo negativo no trabalho docente impactando em suas dimensões objetivas e subjetivas.

1 - A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO: TAYLORISMO E FORDISMO

A Organização da produção capitalista foi assumindo características cada vez mais complexas, à medida que as relações comerciais de compra e venda de mercadorias foram se ampliando e universalizando

O mercado, que já existia antes do advento da sociedade capitalista, assume um novo perfil neste sistema. Sua influência sobre o modo de produção e reprodução social passou a ser determinante uma vez que o lucro só se concretiza quando há venda de mercadorias.

Até então, num estágio anterior ao incremento dos sistemas comerciais, impulsionados pela indústria, os capitalistas detentores dos meios de produção preocupavam-se essencialmente com o retorno para si do produto acabado, produzido pelos trabalhadores, a fim de comercializá-los.

O processo de produção neste momento era impulsionado pelos trabalhadores:

Cabia a estes o desenvolvimento do conjunto de habilidades e competências presentes nas diversas fases do trabalho que empreendiam na fabricação dos produtos [matéria prima] levados pelos capitalistas, uma vez que eram inteiramente responsáveis pela organização e condução dos processos a serem realizados individualmente ou como equipes (PINTO, 2007, p. 15).

Todavia, quando o comércio atingiu patamares internacionais, a concorrência exigiu estratégias de expansão que consistiam em diminuir os custos e assim abaixar os preços dos produtos a serem comercializados de modo que pudessem ser competitivos (PINTO, 2007).

Neste novo estágio de desenvolvimento capitalista ocorre a introdução da ciência e tecnologia no incremento da indústria, uma vez que esta se consolidou como a base predominante do capital. A base produtiva caracterizada pela grande indústria, sua expansão, acumulação de bens e especializações impulsionaram também o desenvolvimento social e outras áreas da economia como, por exemplo, o ramo dos serviços (ALVES, 2007).

Esse processo, em franca expansão e desenvolvimento, requisitou dos capitalistas uma nova organização do trabalho nestes espaços com introdução de estratégias que visavam aumentar a produção dos trabalhadores combinada com o uso de novas técnicas de produção proporcionadas pelo incremento tecnológico das máquinas.

Se, para o capital, a introdução da tecnologia e dos novos procedimentos no sistema de produção foi decisiva para o início de um período de grande expansão e consolidação hegemônica, para o trabalhador assalariado representou o início de um trágico processo de desumanização, de precarização e de perda da posição de protagonista do processo de produção.

A grande proliferação de estratégias cada vez mais agressivas visando aumentar as escalas de produção, padronizar a qualidade dos produtos, diminuir os custos de produção e transporte, etc., consolidou e levou ao mais cruel estágio o controle sobre o trabalho humano empregado nas produções [...] (PINTO, 2007, p. 17).

Neste contexto a organização do trabalho incorporou princípios técnicos e metodológicos de pesquisas realizadas, principalmente, por Taylor e Ford, que desenvolveram sistemas de organização do trabalho, que dizimaram de vez a participação dos trabalhadores no controle sobre o processo de organização da produção.

As inovações tayloristas e fordistas introduziram no modo de produção capitalista “[...] um longo processo de mutações sócio-organizacionais e tecnológicas que alteraram a morfologia da produção de mercadorias em vários setores da indústria e dos serviços” (ALVES, 2007, p. 161).

O sistema de Frederick Winslow Taylor (1856-1915), desenvolvido no final do século XIX e início do século XX, consistia em buscar qualidade dos produtos combinada com a utilização do menor tempo possível a ser gasto na produção do mesmo. Para tal, dividiu e subdividiu a tarefa em etapas infinitamente limitadas de modo que cada trabalhador realizasse uma única ação extremamente simples tal como um único gesto: apertar; girar; levantar, etc.

Ilustram com genialidade este contexto as cenas do filme do cineasta Charles Chaplin, *Tempos Modernos*, de 1936, lançado nos Estados Unidos, em que o personagem Carlitos, interpretado pelo próprio Chaplin, é um operário que trabalha na linha de montagem em uma fábrica realizando a tarefa de apertar com uma chave os parafusos que passam por ele por meio de uma esteira rolante (alusão ao fordismo que abordamos mais adiante). A repetição da ação infinitas vezes e numa velocidade espantosa fez o operário entrar numa espécie de descontrole que o levou a abandonar seu posto e, alucinado, saiu fábrica afora apertando, com o mesmo gesto que realizava no desempenho de sua tarefa, tudo ao seu redor.

Taylor compreendia que quanto mais dividida fosse a tarefa, tanto na esfera da produção quanto na administrativa, maior a produtividade e a possibilidade de sua realização com sucesso pelo trabalhador.

Com seu sistema não havia necessidade da empresa empregar um trabalhador qualificado que dominasse profundos conhecimentos e detivesse habilidades sobre o produto e o ato produtivo. A ideia era controlar o tempo, o ritmo e a intensidade do trabalho, de modo a implementar alta produtividade e qualidade na produção garantindo a extração da mais valia dos trabalhadores pelo trabalho realizados nestas condições.

As inovações propostas por Taylor também se estendiam aos setores administrativos da empresa, às chefias que passariam a ser numerosas e com tarefas específicas e reduzidas (PINTO, 2007).

O processo taylorista de racionalização do trabalho capitalista foi um dos principais sistemas que norteou a produção capitalista no século passado atingindo variados setores da economia em diferentes partes do mundo (ALVES, 2007).

Quanto ao sistema desenvolvido, no início do século XX, por Henry Ford (1862-1947), a novidade, além da linha de produção em série, foi a introdução de uma espécie de estrutura mecânica (a conhecida esteira rolante) que movimentava pelo interior da fábrica a matéria prima às sucessivas etapas de transformação que será submetida até sua conclusão.

Com a introdução deste mecanismo o operário acaba fixo em seu posto de trabalho e a cadeia produtiva fica mais ligeira ainda, pois o trabalhador não perde tempo se movimentando ao longo da fábrica para buscar, junto à equipe do estágio anterior, o produto que irá manipular. Este chega até ele por meio de um sistema de rolagem que assim segue percorrendo toda a fábrica.

Com as tarefas infinitamente reduzidas, a tal ponto que qualquer indivíduo possa realizá-las (taylorismo), e agora fixo em um único ponto no interior da fábrica (fordismo), o trabalhador foi se degradando e suas condições de trabalho se precarizando: a) perde seus conhecimentos acumulados e com isso pode ser substituído a qualquer momento, gerando medo e angústia pela possibilidade do desemprego; b) não domina o processo produtivo, pois este é subdividido infinitas vezes, impedindo o trabalhador de ter a noção das etapas necessárias à produção e, muitas vezes, do próprio produto final² c) realiza um trabalho mecânico, simples e infinitamente repetitivo e tem seu ritmo controlado pela velocidade da esteira, uma vez que é a esteira rolante que determina quanto tempo o trabalhador deverá levar para executar cada ato que, obviamente, será sempre mais intenso a fim de que a produtividade seja aumentada.

Em síntese, no sistema taylorista-fordista não há lugar para o trabalho criativo que solicita do homem o emprego de conhecimentos, habilidades e, portanto, lhe traz satisfações, posto que o controle do processo produtivo encontra-se no planejamento e nas máquinas que transformam o trabalhador em uma peça de sua engrenagem: o homem submetido à coisa; o trabalho vivo aniquilado pelo trabalho morto.

Contudo, na história do processo produtivo capitalista esse modelo entra em colapso e é substituído por outro, o modelo toyotista.

2 - A CRISE DO CAPITALISMO E A IMPLANTAÇÃO DO TOYOTISMO

Sob o taylorismo-fordismo assistimos a transformação de uma sociedade agrária e manufatureira, dominada pela aristocracia, pelos costumes tradicionais e pela lógica do capital mercantil em uma sociedade urbana e industrial, com a burguesia no poder e marcada pela modernidade e pela lógica do capital industrial (ALVES, 2077).

Regulando e conduzindo este período histórico, ascende um Estado político, o Estado de Bem Estar Social, que se instala no seio da luta de classes entre capitalistas e trabalhadores, provendo com conquistas e direitos sociais o mundo do trabalho devido

² Aqui novamente nos remetemos ao universo do cinema a fim de ilustrar esse contexto. No filme *A Classe Operária vai ao Paraíso*, de 1971, do cineasta e roteirista italiano Elio Petri, o personagem Lulu Massa, interpretado pelo ator italiano Gian Maria Volonte, é um operário que trabalha na linha de produção em uma fábrica na Itália que produz peças para motores e, em conversa com seu companheiro de trabalho Miltina, velho operário que enlouquece e acaba no hospício, hesita ante a pergunta do ancião: “O que produzimos na fábrica?” Revela, então, que um de seus maiores desejos é percorrer toda a fábrica para descobrir o que é produzido ao final da linha de montagem.

ao crescimento acelerado do capital que, sob o modelo taylorista-fordista, vive um intenso período de acumulação e homogeneização.

Neste período, que se estende do Pós-Segunda Guerra Mundial até os anos de 1970, os Estados–Nação exerciam certa soberania política, regulando e intervindo no sistema econômico nacional e nas relações deste com o capital internacional.

Todavia, a partir da década de 1970, com a decadência e crise estrutural do sistema capitalista, profundas transformações ocorreram que impulsionaram o capital a reorganizar suas bases no plano econômico visando sua retomada no processo de acumulação (NOMA; CZERNISZ, 2010).

O excerto extraído da pesquisa de Souza (2010, p. 133) representa resumidamente o cenário engendrado no período em questão:

O conjunto de transformações vivenciadas desde os anos de 1970 significa a materialização da crise de um modelo de desenvolvimento do capital fundado no regime de acumulação rígida que possuía no taylorismo/fordismo seu modelo de organização produtiva, e no Estado de Bem Estar Social, seu modelo de regulação social. O esgotamento deste modelo de desenvolvimento fundado no pós II Guerra Mundial, somado ao acúmulo de inovações tecnológicas no campo da microeletrônica e da informática e ao avanço das conquistas políticas da própria classe trabalhadora, constituíram-se as condições objetivas que condicionaram a empreitada do capital e obrigaram-no a recompor suas bases de acumulação e implantar novas modalidades de produção e de mediação do conflito capital/trabalho no nível mundial.

Assim, no plano econômico assistimos a um processo de reestruturação produtiva marcada principalmente pela implantação de um novo modelo de organização do trabalho e da produção, o toyotismo, e pela introdução de um novo regime de acumulação de capital, a acumulação flexível.

Com a acumulação flexível passa a vigorar “[...] a flexibilização do mercado de trabalho, das relações de trabalho, dos mercados de consumo, das barreiras comerciais, do controle da iniciativa privada sobre o Estado [...]” (PINTO, 2007, p. 40).

Nesse novo estágio de desenvolvimento do capital, o processo de mundialização da economia se intensifica e o mercado torna-se globalizado, impulsionado pela instalação mundo afora das empresas transnacionais, grandes grupos e conglomerados econômicos.

As transformações na esfera econômica levam a alterações na estrutura de poder e a relativa soberania política dos Estados–Nação, que outrora vigorava no período de ascensão e crescimento do capitalismo demarcado pelo modelo de produção taylorista-fordista, acaba inteiramente cooptada pela esfera dos interesses das grandes empresas,

uma vez que estas têm capacidade de acumular e transferir dinheiro em nível mundial e ainda disputam mercados instalando filiais a revelia das barreiras nacionais protecionistas, visto que são credoras nestes países e, por conseguinte, controlam os governos locais neutralizando as resistências impostas às suas instalações (BRUNO, 1997).

Com a economia assim globalizada, o Estado–Nação é despojado de seus poderes públicos e suplantado pela economia, assumindo uma nova forma política de atuação: o neoliberalismo que promove a legitimação e hegemonia do domínio econômico sobre os variados aspectos da vida social dos países controlados pelo capital internacional.

O Estado neoliberal “[...] promulga o monetarismo, a desregulamentação, o livre comércio, o livre fluxo de capitais e as privatizações maciças” (ALVES, 2001, p. 16) e ainda promove a perda dos direitos sociais e trabalhistas conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras no estágio anterior à desregulamentação das leis do trabalho.

Resulta desse processo a crescente precarização dos empregos e salários, bem como se instala uma crise de representatividade da classe trabalhadora em face ao crescente desemprego, reflexo dos efeitos do novo modelo de acumulação flexível promovido pelo capital e caracterizado por empregos temporários, informais, terceirizados, de período parcial, etc.

Com a implantação do modelo toyotista de organização do trabalho produtivo, uma nova, sofisticada e intensa forma de exploração e controle sobre os trabalhadores se instala.

O Toyotismo foi uma resposta que o capital engendrou a fim de reverter a crise que se instalou no sistema a partir de 1970, quando o crescimento econômico refreou gerando instabilidade no mercado e a urgente necessidade das empresas em acirrar a concorrência em níveis internacionais. A estrutura macroeconômica naquele período apontava déficits comerciais, recessões, queda da produtividade e consequente desemprego que, por sua vez, pressionava para baixo os níveis salariais.

Com o novo contexto emergente, o modelo taylorista-fordista, caracterizado pela produção em larga escala e de forma padronizada, tornou-se obsoleto, pois a nova ordem, sob a égide da concorrência, demandava, para sobreviver, a produção personalizada e com maior qualidade do processo produtivo e do produto final, envolvendo desde a superioridade da matéria-prima, os baixos custos, até a rapidez na entrega de seu destino final, nas mãos dos consumidores (PINTO, 2007).

Por outro lado, nas empresas, os operários encontravam-se desmotivados para o trabalho: primeiro devido à baixa na produtividade desencadeada pela crise instalada no sistema econômico naquele período e, segundo, porque o modelo taylorista-fordista de racionalização do processo produtivo, que elevou o nível de exploração do trabalho a patamares desumanos, começou a encontrar resistência por parte dos trabalhadores.

À reação dos trabalhadores foram empreendidos estudos que buscavam neutralizar os sentimentos aflorados, bem como garantir a manutenção do controle sobre o processo produtivo e a conseqüente taxa de mais-valia advinda do sobretabalho empregado. Assim, variadas propostas de organização do trabalho surgiram tendo como mudança principal o envolvimento do trabalhador através do apelo aos seus aspectos psicológicos. Com esta determinante implícita, o sistema toyotista logrou o melhor resultado dentre os demais.

Desenvolvido por Taiichi Ohno, engenheiro da empresa japonesa Toyota, com o propósito de enfrentar a crise econômica do país instalada no contexto do final da II Guerra Mundial, o toyotismo, como ficou batizado, modificou o método de organização do trabalho dentro da empresa a partir de uma perspectiva ‘flexível’ e engendrou uma sutil, porém intensa e sofisticada manipulação à subjetividade do trabalhador. Sob essas novas condições, o toyotismo se apresentou como um poderoso e, sem dúvida, mais avassalador sistema de organização do trabalho sob o capital até agora empregado.

Sua filosofia consiste em apelar à subjetividade dos trabalhadores com o intuito não apenas de aumentar a produtividade, mas, principalmente, de manter a dominação da força de trabalho sob o controle do capital.

Para alcançar tal intento, as empresas se utilizam daquilo que Heloani (2003) chama de princípios culturais que consistem basicamente na criação de programas motivacionais³, os quais recorrentemente solicitam a participação de trabalhadores e trabalhadoras na gestão, delegando responsabilidades para que possam, em equipe, apontar soluções para os problemas emergentes e assim incutem a fictícia ideia de que estão atuando no círculo da gerência e participando dos processos decisórios da empresa.

Na verdade, tais metodologias, intituladas de gestão participativa, geram uma falsa sensação de participação através do apelo à subjetividade dos funcionários que “[...] são mobilizados para a produção, reduzindo os custos das operações e neutralizando a resistência operária no âmbito do coletivo e individual [...]” (HELOANI, 2003, p. 147).

Enquanto no modelo taylorista-fordista os trabalhadores são explorados em sua força física e, em alguma medida, expropriados de suas capacidades intelectuais, no toyotismo o capital necessita, além disso, expropriar também a dimensão psíquica e espiritual da classe trabalhadora, uma vez que esse modelo encontra-se em um novo patamar de racionalização do processo produtivo, desencadeado no momento histórico do desenvolvimento capitalista marcado pela crise do capital e pelos processos de reestruturação produtiva visando à retomada da acumulação.

Portanto, faziam-se necessárias novas medidas que superassem o modo de regulação social taylorista-fordista até então vigente. À classe trabalhadora desestimulada, em

³ Um desses programas refere-se ao Círculo de Controle de Qualidade (CCQ), que se trata de pequeno grupo de empregados que trabalham não apenas na linha de produção, mas na gestão dos problemas da empresa, discutindo e sugerindo a fim de solucioná-los.

greves e em fuga do trabalho, verificado pelos crescentes índices de absenteísmo, seriam necessários novos protocolos organizacionais que cooptassem os interesses, a boa vontade e os consentimentos dos trabalhadores. O apelo à subjetividade da classe trabalhadora, na medida em que garante a retomada do desenvolvimento do capital, instala uma nova precariedade que intensificava o processo de precarização no mundo do trabalho a patamares nunca antes vividos: a nova precariedade se institui não apenas no âmbito do trabalho, mas também na vida e na sociabilidade destes trabalhadores.

Sob o ponto de vista da produtividade, a metodologia toyotista traz variadas inovações como, por exemplo, a automação que consiste em garantir, ainda na linha de produção, o controle de qualidade sobre os produtos fabricados. Tal recurso utiliza máquinas capazes de interromper imediatamente o processo caso ocorra algum defeito com a mercadoria que está sendo produzida. O sistema evita desperdícios ao abortar a possibilidade de ser produzida uma série de itens ou até mercadorias defeituosas. Como tais máquinas são supervisionadas pelo mesmo trabalhador que está atuando na linha produtiva, o sistema permite, ainda, enxugar postos de trabalho que tinham por função apenas este tipo de tarefa e incorporá-los a um único trabalhador. Trata-se do trabalhador multifuncional ou polivalente, que realiza variadas etapas do processo produtivo e não uma única e específica tarefa como preconizava o taylorismo-fordismo.

Outro protocolo organizacional que enxuga etapas do processo produtivo remetendo tais tarefas à figura do trabalhador polivalente, é o *kanban* (significa cartaz em japonês), sistema que controla as encomendas dos produtos a serem fabricados através de um dispositivo mecânico que transporta caixas que percorrem a fábrica no sentido inverso ao da linha produtiva, dentro das quais contém cartazes informando sobre a quantidade de produtos necessários que o posto imediatamente posterior precisará para executar suas tarefas.

Esse procedimento garante a produção apenas do necessário diante daquilo que foi encomendado pelo regime *jus-in-time* (no tempo certo) evitando a formação de estoques que, sob o toyotismo, deixou de existir. O referido regime que direciona o *kanban* introduz a produção sob encomenda, ou seja, a fabricação do solicitado, na quantidade exata do pedido e somente quando ocorrer o pedido. Desta maneira mais uma vez evita-se o desperdício, baixam-se os custos e personaliza-se a produção, melhorando a qualidade.

Para o desempenho das tarefas sob este novo formato foi necessário modificar o espaço fabril de modo que surgiram as células, grupo de trabalhadores responsáveis por uma etapa completa do processo produtivo e não mais por tarefas individualizadas como acontecia no modelo anterior. Nas células todos os trabalhadores desempenham todas as funções pertinentes àquela etapa do processo, pois os postos de trabalho são flexíveis, apesar de existir a figura de um líder do pequeno grupo.

Os grupos aglutinados ao redor das máquinas formam uma trajetória sinuosa e eliminam o designer que fixava as máquinas e dispunha o trabalhador em linha reta no interior das fábricas, permitindo a visualização e o conseqüente controle de todos por todos sobre o processo (PINTO, 2007).

Toda esta rigidez nos procedimentos permite um estudo exato do desempenho dos trabalhadores, inclusive com a capacidade de controlar o tempo a ser utilizado na produção, o qual passa a ser variado conforme a demanda existente.

A idealização do trabalhador multifuncional intensifica o volume de tarefas diárias, uma vez que o mesmo é responsável por várias etapas do processo produtivo acumulando vários postos de trabalho sob sua responsabilidade e ainda produzindo sobre um patamar de metas a ele estipuladas, as quais precisam ser cumpridas sob o risco de comprometer toda a linha produtiva, uma vez que uma célula depende da outra para concluir sua etapa produtiva, pois o sistema funciona harmonicamente permitindo facilmente a identificação dos empregados que não correspondem às metas traçadas, inclusive através do uso de um expediente de publicação de um ranking produtivo, classificando o desempenho de cada trabalhador e trabalhadora.

Tal situação pode ocasionar flexibilizações nas jornadas de trabalho, com a utilização, quando necessário, de horas extras, uma vez que o número de funcionários é fixo. Além do mais, quando um trabalhador ou toda a célula trava o processo produtivo todos os demais não podem concluir suas metas, situação que ameaça o grupo como um todo “[...] que passará por força de circunstâncias como a estabilidade no próprio emprego, a coagi-lo, pessoalmente, em nome da empresa” (PINTO, 2007, p. 68). Isso gera uma situação controversa, na qual os próprios companheiros se constroem entre si.

Em síntese, *pari e passu* à coação, o toyotismo induz seus trabalhadores e trabalhadoras ao consentimento, convidando-os a participarem, ativamente, a sugerir, propor e analisar questões relativas à empresa, estratégia que faz com que os funcionários tenham a ilusão de que são parte indispensável dela, sentimento que estimula o empenho, a produtividade e o compromisso por parte dos trabalhadores para com a empresa. Trata-se de uma sutil estratégia inaugurada pelo sistema visando o aumento da produtividade através da intensificação da exploração e da flexibilização das tarefas a serem executadas.

Da coação ao consentimento, o toyotismo vem logrando êxito em sua empreitada pela acumulação do capital à custa da exploração não apenas da força de trabalho, mas também da subjetividade de trabalhadores e trabalhadoras e assim vem se constituindo no mais perverso modelo de produção desenvolvido pelo capital em toda sua trajetória histórica.

3 - A NOVA MORFOLOGIA DA CLASSE TRABALHADORA

A reestruturação produtiva e o modelo de organização do mundo do trabalho capitalista inaugurado pelo toyotismo, assim como a ascensão do neoliberalismo impri-

miram uma nova morfologia à classe trabalhadora. Estamos diante de um cenário em que a força de trabalho sofre não apenas com o incremento e intensificação da produtividade, mas também com o surgimento de novos e precários tipos de emprego, sem contar, obviamente, o desemprego.

Segundo Antunes (2005), em plena era da acumulação flexível as formas de empregabilidade tendem a ser igualmente flexíveis. Em primeiro lugar há uma redução do operariado fabril em função da produção enxuta e sob encomenda do modelo toyotista; surge o novo proletariado, trabalhadores cujo regime trabalhista foi desregulamentado, como é o caso dos conhecidos terceirizados, sem vínculos empregatícios com a empresa onde trabalham, os trabalhadores de meio-período e os temporários; há a exclusão dos idosos, trabalhadores com cerca de quarenta anos que, uma vez desempregados excepcionalmente conseguem uma recolocação no mercado; há igualmente os jovens que também não conseguem empregos e, em contrapartida, encontramos a inclusão de menores e crianças, principalmente em países asiáticos e latino-americanos; há ainda um aumento significativo do trabalho feminino no mercado, sem, contudo, representar uma conquista das mulheres no universo produtivo, mas, antes, trata-se de mais uma forma de precarização da força de trabalho, posto que, em sua grande maioria, as mulheres são contratadas sob condições de inferioridade salarial e subalternidade quando comparadas às condições vivenciadas pelo universo masculino; proliferam trabalhos voluntários, assistenciais, sem fins lucrativos, geralmente preenchidos por trabalhadores excluídos do emprego formal que buscam uma reinserção precária, instável e desregulamentada no universo produtivo; por fim, ocorre também o avanço do trabalho em domicílio, geralmente ocupado pelo universo feminino que acaba desempenhando conjuntamente trabalho produtivo e doméstico apontando, esta forma, para mais uma modalidade de trabalho precarizado (ANTUNES, 2005, p. 28-31).

Há ainda que se falar sobre vários outros aspectos que corroboram com a precarização estrutural do trabalho tais como: as perdas dos direitos e benefícios trabalhistas que foram a duras penas conquistados pela classe trabalhadora no momento histórico de ascensão do capitalismo (era do modelo taylorista-fordista de produção e organização do trabalho e do Estado de Bem Estar Social como modo de regulação do desenvolvimento econômico e social); a nova jornada de trabalho intensificada que invade o tempo de vida particular de trabalhadores e trabalhadoras (trabalho invisível); os novos critérios salariais que se reeditam em função da flexibilização das leis trabalhistas e das novas modalidades de emprego; a perda da estabilidade no trabalho, inclusive dos setores públicos; o corte na seguridade social; o desemprego em função da maior automação na produção, etc.

Cabe ainda considerar as clivagens existentes no interior da classe trabalhadora que, quando não estratificam seus diversos segmentos em função da divisão técnica e social do trabalho – os mais e os menos qualificados, os mais e menos valorizados, etc. – acabam por fragmentá-la em função de outros agrupamentos, tais como gênero, faixa

etária, raça, nacionalidade (devido à mundialização da economia), etc., fenômeno que neutraliza a noção de identidade de classe – enquanto classe trabalhadora que faz oposição à classe capitalista- e dificulta as possibilidades de enfrentamento, luta e resistência em defesa de seus interesses, pois acabam por contrapor os diversos segmentos entre si na busca por interesses econômicos e particularistas.

4 - A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: DIMENSÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS

Vínhamos tratando até agora da trajetória histórica do sistema capitalista, explicitando seus momentos de desenvolvimento e aceleração na economia, bem como seus períodos de refluxos, crises e recessões. Para cada período histórico, o capital, visando sempre à acumulação, estrutura suas bases produtivas implementando diferentes formas de organização do trabalho, bem como o modo de travar as relações sociais e políticas.

Foi assim no período Pós-Segunda Guerra Mundial até os anos de 1970 com a ascensão do capital estruturado a partir do modelo taylorista-fordista de produção, do incremento tecnológico, da introdução de máquinas no processo produtivo e, posteriormente, na sequência histórica, com a crise que se instalou no sistema e a resposta engendrada pelo capital com a introdução do modelo toyotista de organização do ato produtivo e as políticas neoliberais.

A reprodução destas formas de organização do trabalho se expandiu para além dos muros das fábricas, atingindo todas as categorias de trabalhadores dos diversos setores da atividade econômica, inclusive do setor público.

No sistema educacional brasileiro não foi diferente, pois ocorreu um amplo processo de reformas que se instalou no interior das escolas, refletindo as transformações operadas no mundo empresarial e mercadológico.

O novo modelo de organização do trabalho docente instalado, a partir das reformas promovidas pelo Estado (desde o período da ditadura militar e depois na década neoliberal) no sistema educacional brasileiro, afetou de modo negativo as condições de trabalho no âmbito da dimensão objetiva e subjetiva dos profissionais do magistério. Na dimensão objetiva, demarcada pelas determinações estruturais, observam-se: precarização das condições de trabalho; desregulamentação dos direitos trabalhistas; flexibilização das relações de emprego; intensificação das tarefas; ampliação das exigências educativas e aviltamento salarial. Na dimensão subjetiva que envolve as ações humanas, o professor assistiu a aniquilação da sua condição de protagonista do ato educativo, a expropriação de seus conhecimentos acumulados, o controle e a sobrecarga de seu trabalho, a degradação das condições de saúde, de convivência familiar e social.

O movimento que impactou na precarização do mundo do trabalho docente

ergue-se sobre a mesma base da reestruturação capitalista, que pressupõe: maior concentração de capital, precarização das relações de trabalho, restrição de direitos

à classe trabalhadora, ampliação das taxas de lucro, extensão progressiva do tempo de exploração da força de trabalho e crescente produtividade, etc. (MINTO, 2009, p. 3).

O processo de precarização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação subjaz à trajetória do sistema, estando condicionado às reestruturações que o capital promove no seu modelo produtivo, na economia, bem como nas pressões que exerce sobre o Estado-Nacional, direcionando seu papel acerca das ações, regulações e intervenções que faz na sociedade, inclusive no campo educacional.

Contudo, a precarização das condições do trabalho docente no Brasil segue cronologia diversa da grande maioria das categorias de trabalhadores e trabalhadoras assalariados do país. Nos anos de 1950-1960, enquanto os trabalhadores de uma maneira geral e, particularmente, os operários, estavam submetidos aos processos regulatórios dos protocolos tayloristas-fordistas em seu ambiente de trabalho, os professores mantinham diferenciadas suas “[...] funções nas relações de produção pedagógica, rendimentos, status social e condições de trabalho”, usufruindo de um relativo privilégio que lhes garantia condições especiais na profissão e na vida particular (VIEITEZ; DAL RI, 2011, p.137).

Segundo estes autores, principalmente os docentes do setor público, dispunham, no período indicado, de bons salários, carreiras estáveis, direitos trabalhistas e previdenciários especiais e particularizados, bem como conservavam controle sobre o processo de trabalho pedagógico, o que era determinante para garantir-lhes tal situação diferenciada.

Entretanto, as reformas promovidas no sistema educacional brasileiro, aliadas à implantação de medidas no plano econômico, ainda no regime militar e, depois, no período neoliberal, culminaram com a perda gradual desta condição diferenciada.

No plano econômico, os militares, com poderes para adotar medidas antipopulares, implementaram ajustes na economia que visavam conter a inflação instalada, e assim permitir a retomada do crescimento do país. Medidas como congelamento de créditos e salários, aumento tributário e contenção de gastos públicos erigiram o cenário à época refletindo no mercado de trabalho e, conseqüentemente, atingindo todas as categorias de trabalhadores, incluindo a docente.

De imediato, estes profissionais passaram a sofrer com a queda nos níveis salariais, assistindo também a sua carreira ser comprometida com retirada de direitos, perda de benefícios e alterações na jornada de trabalho. Foi nesse período que ocorreu a introdução do regime de tempo parcial, impondo à categoria dupla jornada de trabalho para garantir um padrão salarial e de vida com relativa similaridade ao que usufruía nos anos de 1950 e 1960.

No que concerne às reformas promovidas no sistema educacional brasileiro, no decurso do período relativo ao regime militar e, principalmente, a partir de 1990, sob a vigência do neoliberalismo, ocorreu um contínuo complexo de reestruturações introduzidas a partir de premissas empresariais que exigiram da escola a adoção de parâmetros econômicos na prestação de seus serviços, com o estabelecimento de metas a serem atingidas para melhorar a qualidade da educação, mensuráveis através de índices, como por exemplo, o IDEB⁴ e a exigência do incremento da produtividade como quesito à qualidade e excelência do ensino praticado, resultando na implantação de um novo modelo de gestão e organização do trabalho pedagógico e didático dos professores.

As transformações no modelo de gestão e organização escolar e do trabalho docente determinaram uma orientação perversa: centralidade e controle no planejamento e na formulação das políticas educacionais em nível de Estado e descentralização no processo de implantação, execução, administração e responsabilização pelo sucesso ou não de tais políticas em nível de unidade escolar e de cada docente particularmente.

Essa combinação permitiu um controle total pelo Estado, em consonância com os interesses do capital, sobre os rumos da educação no país e, para tal, por meio do uso da informática e da eletrônica, lançou-se mão de mecanismos de padronização e massificação dos procedimentos administrativos e pedagógicos, tal como ocorria no meio produtivo dos demais setores. Estes mecanismos serviam também para reduzir gastos, através da unificação, sob uma única matriz, dos dispositivos adotados.

Todas as mudanças empreendidas reestruturaram o trabalho docente e paulatinamente aprofundaram o processo de precarização que estava em curso.

Vieitez e Dal Ri (2011) apontam para dois aspectos compositivos deste processo: a precarização geral, pela qual se encontram submetidas as diversas categorias de trabalhadores assalariados, incluindo a docente; e a precarização específica, que afeta a natureza do processo de trabalho pedagógico-didático do professor.

No que concerne às condições gerais de precarização, já destacadas anteriormente, os autores ressaltam o trabalho flexibilizado, em que ocorre o desmantelamento e a desregulamentação das relações trabalhistas e previdenciárias, por meio da perda de direitos e benefícios historicamente conquistados, tais como, quinquênios, sexta-parte, abonos, estabilidade no emprego, inclusive no caso de servidores públicos, e alterações nos benefícios relativos à aposentadoria. Quanto às condições específicas de precarização do processo de trabalho docente, os autores apontam, fundamentalmente, para a expropriação da liberdade de cátedra. A “[...] liberdade de cátedra é um conceito que exprime controle relativo, porém não destituído de significado real, que o docente pode ter so-

⁴ IDEB (índice de desenvolvimento da educação básica), que mede a qualidade da aprendizagem deste nível de ensino e estabelece metas para a sua melhoria; instituído pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 27/04/2007, índice é obtido sintetizando a média dos resultados alcançados nas avaliações em larga escala e o fluxo escolar indicado pelo censo educacional.

bre o processo de trabalho, ou seja, sobre o processo ensino-aprendizagem” (VIEITEZ; DAL RI, 2011, p. 149).

A perda desta liberdade apresenta-se como um fenômeno semelhante ao ocorrido com os operários a partir da vigência do taylorismo-fordismo no modelo de produção fabril. O docente, assim como aqueles trabalhadores, deixa de dominar o processo de sua atividade laboral, perdendo autonomia e controle sobre o mesmo.

A compreensão sobre este fenômeno pode ser buscada nas novas regulações de organização do trabalho pedagógico nas escolas, marcado pela padronização de importantes processos, como material didático pronto, propostas curriculares previamente definidas, sistema de avaliações internas e externas centralizadas, direcionamento e seleção de conteúdos a partir da necessidade de compatibilizá-los com aqueles exigidos nos exames de processos avaliativos externos, etc.

Este universo de procedimentos, protocolos, metodologias organizacionais massificadas instala-se no interior do trabalho pedagógico, a partir do acúmulo de inovações tecnológicas desenvolvidas no campo da informática e da eletrônica. O avanço científico constituiu as condições necessárias e suficientes para a implantação de um modelo organizacional que controlasse e direcionasse o trabalho pedagógico. A este fenômeno os autores em destaque denominaram neotaylorismo:

O neotaylorismo, que não descarta a burocracia tradicional e a supervisão hierárquica imediata, opera preferencialmente com a capacidade das novas tecnologias para captar, armazenar, processar e editar uma imensa quantidade de informações cognitiva ou simbólica, o que pode ser aplicado no universo acadêmico com reconhecido sucesso, inclusive ensinando o ensino a distância (VIEITEZ; DAL RI, 2011, p.152).

Como conseqüência, o professor “[...] perde o controle sobre o processo de trabalho, perde a noção de integridade do processo, passando a executar apenas uma parte, alienando-se da concepção” (OLIVEIRA, 2004, p. 1134). Sob este novo modelo, a natureza do trabalho pedagógico-didático do professor sofre mutações assemelhando-se ao processo que alterou as características ontológicas do trabalho emancipador que esteve à frente de todo processo de desenvolvimento humano (BRAZ; NETTO, 2006).

O trabalho vivo, útil e concreto (anunciado por Marx), impulsionador da dignidade, da humanidade e da felicidade social, destacado por Antunes (2005) e que marcou com relativa influência um período da atividade docente no país, se transforma em trabalho abstrato, morto e separado entre o professor e seu ato produtivo.

Neste sentido, o sistema educacional, do qual se podia dizer que cultivava uma espécie de *nostalgia do mestre artesão*, *industrializou-se*. Porém, se industrializou no sentido de que completou a expropriação dos saberes dos trabalhadores da educação e o capital pode, finalmente, dominar molecularmente o processo de trabalho

pedagógico, tanto quanto já dominava os demais fatores inerentes à produção pedagógica (VIEITEZ;e DAL RI, 2011, p.153-154).

A perda de autonomia do professor transformou-o em um trabalhador incapaz de controlar e dominar a gestão e o processo de seu trabalho (o processo pedagógico, o processo ensino-aprendizagem, o processo avaliativo, etc.) transformando-o em um sujeito alienado, expropriado de seus saberes, de sua condição de dirigente e ente planejador de seu trabalho a ser realizado na interação com seus alunos. Sob estas condições, sua atividade docente torna-se mecanizada, atomizada uma vez que sua função é a de seguir, passo a passo, um rol de atividades previamente programadas em nível macro, por meio das apostilas e protocolos padronizados pela hierarquia, portanto, deixa de ser uma ação criadora, emancipadora, afetando sua condição de ser humano-genérico e social. Quando o professor deixa de dominar o ato de produção (ensinar, transmitir o conhecimento a seus alunos) seu trabalho torna-se um trabalho negado a si mesmo, e o processo pedagógico se apresenta como algo estranho a ele, visto que a relação de seu trabalho com a atividade pedagógica e ainda com os resultados desta resta-lhe fora de si, deslocada e separada de si. Torna-se trabalho abstrato.

Novaes (2017, p. 18) expõe aspectos das ações pedagógicas dos professores que anunciam a existência da condição de alienação em que estão submetidos:

São os professores estatais [no sentido de agente público] trabalhadores alienados? Parece-nos que sim, pois eles: a) não participam da construção do sistema educacional, b) participam de uma forma subordinada de uma gestão escolar hierárquica e que é regida por inúmeras leis e normas que não foram criadas por eles, c) exercem seu papel de mando numa relação social de dominação, d) recebem um salário pelo seu trabalho, e) não participam da construção do material didático, f) veiculam um tipo de conhecimento que tende muito mais a manter a sociedade de classes, g) na melhor das hipóteses, dominam o conteúdo de uma disciplina, h) não controlam seu tempo de trabalho, portanto, não tem tempo para pesquisar e se informar sobre a “atualidade”, i) exercem uma atividade rotineira, não prazerosa, sem sentido social que leva a consequências como absenteísmo, rotatividade, fuga do trabalho. Em outras palavras, este trabalho tende a ser alienante porque não está umbilicalmente conectado com as lutas anti-capital do seu tempo histórico.

No novo modelo de gestão do trabalho escolar, as tarefas e jornadas de trabalho são ampliadas, forçando estes trabalhadores a utilizarem seu tempo de vida particular para dar conta da rotina intensificada (preparação de planos de aula e de atividades; elaboração de avaliações e relatórios; correção de provas). Além disso, as atividades diárias e as funções se multiplicam tornando o professor um profissional polivalente, semelhante ao trabalhador multifuncional do modelo toyotista de produção (professor enfermeiro, psicólogo, cuidador, assistente social, etc.), o que acaba por potencializar sua condição

de exploração geralmente impactando em sua saúde com a instalação de doenças laborais, com ênfase na depressão, síndrome do pânico, descontrole pessoal, etc.

Segundo Alves (2013, p. 175), “[...] as condições de trabalho e seus impactos na vida pessoal, desvela uma dimensão da precarização do trabalho [docente] que oculta a desefetivação do ser genérico do homem”. Ou seja, esta condição, denominada pelo autor de precarização do homem-que-trabalha, afeta a vida particular e não apenas a profissional dos trabalhadores e trabalhadores do magistério, “[...] atinge a dimensão da pessoa humana, corroendo fundamentalmente o desenvolvimento humano” (ALVES, 2013, p. 178).

CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo procuramos demonstrar que a precarização do trabalho no mundo é uma condição inerente às sociedades capitalistas, cuja gênese se encontra na conversão da força de trabalho em mercadoria. Momento em que homens e mulheres foram expropriados, pelo capital, de seus instrumentos de trabalho, de seus conhecimentos e gestão da produção, restando-lhes vender sua força de trabalho em troca de salário para sobreviver.

Demonstramos, ainda, que a precarização assume formas cada vez mais complexas à medida em que as relações de exploração do capital sobre a força de trabalho se intensificam por meio de estratégias de reorganização da gestão e produção do trabalho.

No decurso da história do desenvolvimento do sistema capitalista, anunciamos que os protocolos, técnicas e procedimentos tayloristas e depois fordistas transformaram de modo negativo as condições de trabalho e, para tal, contaram com o arcabouço científico, tecnológico e informacional que emergia com vigor à época, ampliando a precariedade da classe trabalhadora.

Adentramos, na sequência, na década de 1970, analisando que com a crise estrutural do capital o sistema taylorista-fordista não consegue mais atender às demandas do novo momento econômico com seu modelo de organização produtiva, obrigando o capital a promover a reestruturação da produção para retomar seu processo de acumulação.

Assim, o toyotismo, um novo modelo de organização do trabalho é implantado e a acumulação flexível, um novo regime de acumulação é introduzida pelo capital como resposta à crise instalada, adentrando-se em um novo ciclo histórico do sistema capitalista que tem como características a mundialização do capital e a ascensão de um novo modelo de Estado político, o Estado neoliberal.

Com a base produtiva remodelada, ocorre uma profunda alteração na morfologia do trabalho e uma nova precariedade se instala: as relações de empregabilidade tornam-

-se flexíveis com contratos que liquidam direitos trabalhistas históricos, ampliam-se as jornadas e intensificam-se as tarefas.

A nova precariedade laboral reestrutura o mundo do trabalho reverberando em todos os setores produtivos da economia e em todas as categorias de trabalhadores.

No que se refere à categoria docente, apontamos que a nova precariedade implicou em regulações que alteraram significativamente a produção pedagógica nas escolas: professores passaram a cumprir metas pedagógicas; perseguir índices (o IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é um exemplo emblemático) e classificações em um ranking em nome da qualidade da educação; as tarefas que realizam tornaram-se cada vez mais intensificadas, com o aumento do número de alunos por sala de aula, excesso de documentos e procedimentos burocráticos para realizar, ampliação da jornada de trabalho frente ao arrocho salarial e invasão do tempo de trabalho no tempo de vida pessoal e particular, comprometendo os finais de semana, que deveriam ser preservados para o descanso e o convívio familiar e social.

Além disso, os docentes passaram a se submeter a um novo modelo laboral apoiado no uso da tecnologia e em banco de dados informacionais, os quais substituíram, em grande medida, a atuação dos professores na gestão do processo pedagógico, pois estes foram direcionados a buscar as informações para a produção pedagógica nos bancos de dados do arsenal tecnológico à disposição. Como consequência, o docente perde o protagonismo do ato de ensinar passando a executar um rol de atividades pensadas e organizadas pelos agentes da educação, instituídos nas hierarquias do poder e em conformidade com as percepções e interesses do capital. Estabelecidas as condições objetivas do trabalho docente, pontuamos, por fim, seus impactos na dimensão subjetiva e pessoal que atinge estes trabalhadores afetando a disposição para o trabalho, a saúde e as relações nas instâncias da vida familiar e social.

MAZZINI, Maria do Carmo Capputti. The Structural Precarization of Work in the World and the Impacts on Teaching Work. *ORG & DEMO* (Marília), v. 19, n. 1, p. 25-44, Jan./Jun., 2018.

Abstract: The article intends to expose, from a bibliographical review and empirical research, the new precariousness that affected the teaching category in the last decades in Brazil. We have discussed that the restructuring of the world of work in the central capitalist countries, from the adoption of the taylorist-fordist protocols and then the introduction of toyotism, reflected negatively on the teaching work impacting on its objective and subjective dimensions.

Keywords: Teaching work. Precarization of work. Reforms in education. Work and education.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **Dimensões da globalização:** o capital e suas contradições. Bauru: Práxis, 2001.
- ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Práxis, 2007.

- ALVES, G. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Práxis, 2013.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BRUNO, L. E. B. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.) **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HELOANI, R. **Gestão e organização no capitalismo globalizado**: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho. São Paulo: Atlas, 2003.
- MINTO, L. W. Educação superior, trabalho docente e capitalismo no Brasil: Problematizando o ensino à distância. In: Educação Superior e Capitalismo no Brasil: problematizando o ensino à distância (EàD). **6º Colóquio Internacional Marx e Engels**, Unicamp, IFCH, Cemax, novembro de 2009.
- NOMA, A. K.; CZERNISZ, E. C. S. Trabalho, educação e sociabilidade na transição do século XX para o XXI: o enfoque das políticas educacionais. In: SOUZA, J. S.; ARAUJO, R. (Org.). **Trabalho, educação e sociabilidade**. Bauru: Práxis, Maringá: Massoni, 2010.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.
- NOVAES, H. T. Trabalho como necessidade vital, trabalho alienado e estranhamento: o que os trabalhadores do sistema precisam saber. In: NOMA, A.; TOLEDO, C. (Org.). **Políticas públicas e educação na contemporaneidade**. Maringá: Eduem, 2017. v. 1, p. 57-80.
- OLIVEIRA, D. A. A Reestruturação do Trabalho Docente: Precarização e flexibilização. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez., 2004.
- PINTO, G. A. **A Organização do trabalho no século 20**. Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SOUZA, J. S. Trabalho, educação e luta de classes na sociabilidade do capital. In: SOUZA, J. S.; ARAUJO, R. (Org.). **Trabalho, educação e sociabilidade**. Maringá: Práxis: Massoni, 2010.
- VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. A educação no movimento social: a luta contra a precarização do ensino público. In: LIMA, F. C. S.; SOUZA, J. U. P.; CARDOZO, M. J. P. B. (Org.). **Democratização e educação e pública**: sendas e veredas. São Luís: Editora da UFMA, 2011. p. 133-165.

Submetido em: 02/07/2016

Aceito em: 04/09/2017

